Área do conhecimento do trabalho: Direito Internacional Espacial

Projeto de Pesquisa do Orientador: O Costume Internacional e a Construção do Direito Espacial

Título do Plano de Pesquisa: Desenvolvimento e Operacionalidade do Direito Espacial de 1957 até os Dias Atuais

Universidade Católica de Goiás
Núcleo de Estudos e Pesquisa em Ciências Jurídicas – NEP/JUR
Departamento de Ciências Jurídicas

Marielly I. do Nascimento	mariellyinacio@yahoo.com.br	Graduando
Georges de Moura Ferreira	ferreirageorges@hotmail.com	Pós-Graduado
Leonardo Pereira Martins	leopmartins@pop.com.br	Pós-Graduado
Neyre Mendonça	neyre@ucg.br	Mestre
Nivaldo dos Santos	nivaldo@ucg.br	Doutor

Introdução

Ao fim da Segunda Grande Guerra, os Estados Unidos e a União Soviética foram protagonistas de uma disputa geopolítica pela supremacia mundial, nascendo nesta fase, o conflito de cunho ideológico que se convencionou chamar de Guerra Fria.

Durante esse período, as duas potências realizaram investimentos vultosos em tecnologia para o desenvolvimento da indústria bélica, estabelecendo entre elas uma verdadeira corrida armamentista, o que por sua vez, criou um clima favorável a produção de um míssil balístico intercontinental, chegando-se a partir daí, ao primeiro satélite artificial.

Será neste contexto que se dará início a Era Espacial, bem como a elaboração dos tratados, acordos e convenções, enquanto documentos que irão integrar o regime jurídico internacional sobre o uso e a exploração do espaço cósmico, apresentando regras e princípios que apesar de significativos, atualmente não mais satisfazem as necessidades do Direito Espacial.

Assim sendo, o Direito Espacial, por se tratar de um ramo relativamente novo, merece que acerca dele se realizem estudos que possam contribuir de algum modo com o seu processo de desenvolvimento, até mesmo para que se garanta a operacionalização dos acordos até então celebrados.

Por fim, se faz de suma importância aprofundar o conhecimento sobre a problemática do regime jurídico internacional de Direito Espacial, tratando ainda de suas implicações a liberdade de acesso ao espaço, tendo em vista o enfrentamento de limitações arbitrárias e anticompetitivas, as quais têm comprometido a aplicabilidade das normas básicas estabelecidas pelo compromisso geo-estratégico firmado entre a URSS e os EUA para a realização das atividades espaciais.

Metodologia

A metodologia empregada na construção deste trabalho pautou-se na pesquisa teórica fundada essencialmente na análise de dados obtidos a partir de documentos eletrônicos. Preocupou-se ainda com as disposições da legislação pertinente ao tema, procedendo ao estudo dos Tratados, Acordos e Convenções correspondentes. Além disso, foi traçado um paralelo entre a primeira e segunda

fase da Era Espacial, mediante a realização de um apanhado histórico, visando casar os acontecimentos pretéritos e futuros.

Resultados

Constatou-se que o Direito Espacial é produto da Guerra Fria, nascendo a partir do empate estratégico-militar entre EUA e a URSS, os quais são compelidos a acordar entre si a não utilização das armas e mísseis por eles desenvolvidos, preconizando, portanto, a necessidade de se garantir uma convivência harmônica entre as nações, resguardando a paz mundial e a segurança internacional.

Outro ponto importante de se detectar consiste na possibilidade de se adaptar a tecnologia militar desenvolvida para que a mesma seja adequada a exploração econômica e comercial do espaço cósmico, servindo aos interesses dos países ligados a atividade espacial; além, é claro, de se prestar aos propósitos da ciência, contribuindo para que os avanços tecnológicos e os progressos auferidos no setor espacial possam ser utilizados no interesse da coletividade, resguardando o princípio da cooperação entre os povos, com fito de assegurar o bem-estar da humanidade e a liberdade de acesso democrático ao espaço.

Conclusão

Tendo-se em vista todas as considerações empreendidas no transcurso deste estudo, concluiu-se que as normas de Direito Espacial carecem de uma reformulação, haja vista que as disposições em vigor estão defasadas em relação aos avanços e transformações vivenciados no setor nestas últimas décadas.

Notou-se também um claro desrespeito por parte dos países desenvolvidos aos princípios inderrogáveis do Tratado do Espaço, o que impede, por assim dizer, que os países em estágio de desenvolvimento participem das atividades espaciais. Isso priva os países pobres de usufruírem dos benefícios econômicos e das descobertas científicas realizadas a partir do uso e exploração do espaço extra-atmosférico, na medida em que este se torna um território restrito aos países ricos que detêm a tecnologia necessária a realização das incursões espaciais.

Por fim, importa dizer, pela relevância do tema, bem como por sua incidência nos interesses que norteiam o bem da coletividade, que a revisão da estrutura normativa do Direito Espacial é indispensável para que os princípios inderrogáveis do Tratado do Espaço sejam preservados e os direitos inerentes à humanidade sejam respeitados, pois do contrário, ao molde do que ocorreu na América Latina, iremos presenciar um processo de colonização do espaço extra-atmosférico, encabeçado pelos Estados Unidos, e justificado sobre a necessidade de se expandir comercialmente.

Palavras-chave: espaço cósmico, direito espacial, tratado, cooperação, paz mundial e segurança internacional.